



Produção de comida: a CSA Artigo Quinto enquanto movimento de (Re)Existência ao agrohidronegócio

Producción alimentaria: la CSA Artigo Quinto como movimiento de (Re)Existencia a la agrohidronegocio

Food production: CSA Artigo Quinto as a (Re)Existence movement to agrohydrobusiness

Bárbara Victória da Silva Soares

Universidade Federal de Goiás - UFG

barbaravicbvss@gmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça

Universidade Federal de Goiás - UFG

marcelomendonca@ufg.br

Resumo: O artigo apresenta a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) Artigo Quinto em Palmeiras de Goiás/GO enquanto movimento de (Re)Existência, concebido a partir das atividades produtivas e de comercialização que garantem a produção de comida pelos camponeses assentados pela reforma agrária. A produção de comida pela CSA Artigo Quinto possui relevância para a soberania alimentar e incorpora fazeres e saberes, práticas socioculturais que espacializam novas territorialidades contra-hegemônicas, em territórios hegemonzados pelo agrohidronegócio. Por meio de pesquisa qualitativa e quantitativa, foram realizados levantamentos bibliográficos, trabalhos de campo, observações e anotações sobre as ações construídas pelos assentados na CSA. Nas últimas décadas, a modernização territorial fez com que práticas tradicionais se perdessem em meio ao avanço das corporações capitalistas, sob o *olhar complacente* do Estado e, muitas vezes, com fartos recursos públicos. Por fim, observou-se as práticas compreendidas enquanto movimento de (Re)Existência que viabilizam a preservação ambiental, a nutrição alimentar, a produção e comercialização de co-

midas em circuitos-curtos, assegurando trabalho, renda e a reprodução da vida camponesa.

Palavras-chave: Comunidade que Sustenta a Agricultura. Agrohidronegócio. Estado. Produção de comida.

Resumen: El artículo presenta la *Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) Artigo Quinto* en Palmeiras de Goiás/GO como un movimiento de (Re)Existencia, concebido a partir de las actividades productivas y de comercialización que garantizan la producción de alimentos por campesinos asentados por la reforma agraria. La producción de alimentos de la *CSA Artigo Quinto* es relevante para la soberanía alimentaria e incorpora habilidades y conocimientos, prácticas socioculturales que espacializan nuevas territorialidades contrahegemónicas, en territorios hegemonizados por el agrohidronegocio. A través de una investigación cualitativa y cuantitativa, se realizaron búsquedas bibliográficas, trabajo de campo, observaciones y anotaciones sobre las acciones construidas por los pobladores en el CSA. En las últimas décadas, la modernización territorial hizo que las prácticas tradicionales se perdieran en medio del avance de las corporaciones capitalistas, bajo la mirada complaciente del Estado y, muchas veces, con abundantes recursos públicos. Finalmente, se observaron las prácticas entendidas como movimiento de (Re)Existencia que posibilitan la preservación ambiental, la nutrición alimentaria, la producción y comercialización de alimentos en circuitos cortos, asegurando trabajo, renta y la reproducción de la vida campesina.

Palabras clave: *Comunidade que Sustenta a Agricultura*. Agrohidronegocio. Estado. Producción de alimentos.

Abstract: This article presents the *Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) Artigo Quinto* in Palmeiras de Goiás/GO as a movement of (Re) Existence conceived from the productive and commercial activities that guarantee the production of food by the peasants settled by the agrarian reform. The production of food by the *CSA Artigo Quinto* is relevant to food sovereignty and incorporates actions, knowledge, and sociocultural practices that spatialize new counter-hegemonic territorialities in territories dominated by agribusiness. Through qualitative and quantitative research, bibliographic surveys, fieldwork, observations, and notes on the actions constructed by the settlers in

the CSA were carried out. In recent decades, territorial modernization has caused traditional practices to be lost amid the advance of capitalist corporations, under the complacent gaze of the State and, often, with abundant public resources. Finally, the practices understood as a movement of (Re)Existence were observed. This is what makes environmental preservation, food nutrition, and the production and sale of food in short circuits possible, ensuring work, income and the reproduction of peasant life in the countryside.

Keywords: *Comunidade que Sustenta a Agricultura*. Agrohdrobusiness. State. Food production.

Introdução

O interesse pela pesquisa surgiu tendo em vista os efeitos territoriais causados pelas corporações capitalistas que se espacializam nas áreas de Cerrados, mediante a territorialização do agrohidronegócio¹, ao se apropriar das terras, das águas, *das gentes*. Todavia, esse processo denominado modernização territorial não ocorre de forma unilateral e homogênea. Há clivagens, fissuras, (Re)Existências² que se constituem em alternativas construídas para o enfrentamento político, econômico e ideológico ao modelo predatório implementado nas áreas de Cerrados em Goiás.

Dessa forma, investigar-se-ão as ações realizadas nas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), em específico a CSA Artigo Quinto, em Palmeiras de Goiás/GO, por camponeses no Assentamento Canudos. A CSA, que combina produção e comercialização de comida numa relação de aproximação do campo com a cidade, é concebida como movimento de (Re)Existência e estratégia associada às práticas que garantem a preservação dos recursos territoriais, produzindo comida, gerando trabalho, renda, inclusão produtiva e reprodução social dos camponeses.

Os camponeses, em sua maioria, vivem a partir da concepção do *bem viver*, que consiste em uma alternativa ao modo de vida capitalista e ao consumo exacerbado de mercadorias (BÓRQUEZ; NUÑEZ, 2014). Assim, o *bem viver* faz parte da vida dos povos tradicionais e dos camponeses, constituindo suas memórias, saberes, culturas, costumes e modos de ver o mundo em relação à natureza.

[...] implica el bien para todos, incluidos hombres, mujeres, plantas, animales, tierra, agua, viento, montañas, muertos, sol, luna, entre muchos otros. Porque todos son complementarios y necesarios en un universo conformado por una compleja diversidad (universo-diverso) (BÓRQUEZ; NUÑEZ, 2014, p.185).

1 Consubstancia-se, enquanto materialidade capitalista, se apropriando das terras e das águas, transformando-as em mercadorias (MENDONÇA; MESQUITA, 2007).

2 O conceito de (Re)Existência, conforme descrito por Pelá e Mendonça (2010, p. 54), refere-se a um conjunto de processos e ações que auxiliam na continuação das culturas e da própria existência, porém na perspectiva da classe trabalhadora, ainda que multifacetada e ampliada.

Esses saberes, fazeres, costumes tradicionais, numa abordagem complexa e holística a partir de Bórquez e Nuñez (2014) podem ser observados e associados a Thompson (1998, p. 14), que compreende cultura enquanto a “segunda natureza do homem”. Ainda com Thompson (1998), percebe-se que costumes e culturas são banalmente associados ao “antigo”, ao “velho”, na medida em que estão em desacordo com a proposta hegemônica de mercadificação da vida. Em contraposição ao modelo imposto, reagem e constroem suas práticas de existência a partir dos processos de (Re)Existência por parte das camadas populares.

A vida se move a partir do trabalho, conformando saberes, fazeres e visões de mundo concatenadas numa relação de que o ser humano é a natureza que tomou consciência de si. Thomaz Júnior (2002) diz que o trabalho é fundante para assegurar a promoção da vida material e espiritual. Contudo, o discurso neoliberal que vem tomando força na atualidade faz com que, cada vez mais, o trabalho seja precarizado, considerando os efeitos das corporações capitalistas em que os trabalhadores perdem seus direitos.

Tudo isso, sem que identifiquemos suas origens, deslocamentos, territorialidades, aspirações, subjetividades, culturas, semelhanças/diferenças e capacidades de luta e resistência, consciência de classe, amparados nas dimensões da estrutura espacial de dominação da sociedade do capital, bem como os vínculos que firmam nas disputas territoriais que protagonizam e os mantêm afeitos à manutenção das identidades culturais, etc. e às projeções, enquanto classe para si (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 16).

Os trabalhadores atuam por dentro do movimento do real – complexo e contraditório – e se reinventam diante das contradições, que são a expressão das formas de apropriação e de acumulação capitalistas, na busca incessante pela reprodução do capital no mundo digital globalizado. Mediante isso, o movimento de (Re)Existência, associado aos movimentos sociais e lutas pelos territórios, expressa uma maneira prática e política de continuarem existindo e persistindo ao realizarem trabalho, calcado em seus costumes, conhecimentos e saberes tradicionais.

Em consonância com tais práticas, a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) oferece métodos de organização para produção, distribuição e comercialização de comida³, tecendo uma relação entre as cidades e o campo. Tal movimento revela-se como estratégia eficaz para disponibilidade e acesso à comida produzida por intermédio de práticas agroecológicas.

Para isso, partiu-se da CSA Artigo Quinto, em Palmeiras de Goiás/GO, como centralidade da pesquisa, especializada no Assentamento Canudos, produto das lutas pela terra e pela reforma agrária. O objetivo principal foi compreender a construção da CSA Artigo Quinto como alternativa de (Re)Existência ao agrohidronegócio que se materializa nas áreas de Cerrados, bem como identificar as políticas públicas fomentadoras da produção de comida e a influência do Estado nesses processos. Dessa forma, a CSA é um instrumento importante para a soberania alimentar, constituindo-se como movimento de (Re)Existência ao modelo hegemônico denominado agrohidronegócio.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 traz consigo o Artigo 5º, que trata dos direitos inerentes aos cidadãos, fundamentais para a existência de todos, determinados por lei. Resumidamente, o Artigo 5º estabelece o seguinte: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988). Assim, o artigo supracitado trata dos direitos que devem ser estendidos a todos, e essa é a premissa na qual se baseia a CSA Artigo Quinto, que carrega em seu nome princípios tão necessários à vida.

Por meio de pesquisa qualitativa e quantitativa, foram realizados levantamentos bibliográficos, trabalhos de campo, entrevistas semidirigidas, observação direta e anotações em diário de campo sobre as ações construídas pelos assentados na CSA, de forma a fundamentar o referencial teórico e metodológico. Com a colaboração dos sujeitos assentados, tornou-se possível compreender o movimento do real, bem como as contradições inerentes aos processos de apropriação dos bens comuns (terra, água) pelas corporações capitalistas.

3 Neste artigo, diferencia-se alimento de comida, sendo o alimento relacionado à produção de mercadorias e a comida voltada àquilo que alimenta, mas resgata aspectos culturais. Sendo assim, a comida refere-se à produção saudável, com poucos processos industriais, produzidos no contato com a terra.

A partir do propósito de dispor do fenômeno real, baseando-se em informações qualitativas, apresenta-se o trabalho de campo, de maneira a imergir nos elementos de vivência dos assentados. Além disso, utilizando-se cadernetas de campo e câmeras fotográficas são feitas observações das experiências, conhecimentos, saberes, fazeres, técnicas usadas pelos assentados e a construção da CSA Artigo Quinto.

O trabalho de campo foi realizado entre os anos de 2022 e 2024. Ao longo do processo, o contato direto com dois camponeses responsáveis pela CSA Artigo Quinto realizou-se no próprio Assentamento Canudos, observando as produções de comidas, assim como acompanhamento das entregas efetuadas no espaço urbano. Portanto, a imersão ocorreu na unidade produtiva, permitindo analisar e compreender as diversas relações imbricadas nesta CSA. Além disso, cerca de dez coagricultores da CSA Artigo Quinto participaram da pesquisa, concedendo entrevistas e informações. Contou-se ainda com o diálogo com membros organizadores e fundadores da CSA.

O artigo está dividido em duas partes. De início, apresenta-se a modernização territorial, demonstrando a forma como o agrohidro-negócio apropriou dos territórios cerradeiros, expropriando povos tradicionais e camponeses, desenvolvendo de forma intensa a acumulação por espoliação (Harvey, 2005). Disso decorreu a expulsão de milhares de camponeses, quilombolas e indígenas de seus territórios, pois foram considerados obstáculos para a territorialização do agrohidro-negócio. Entretanto, a persistência dos *Povos Cerradeiros*⁴ demonstrou as lutas contra-hegemônicas. Já na segunda parte, identifica-se a CSA Artigo Quinto enquanto movimento de (Re)Existência, as práticas agroecológicas, a abordagem política e o compromisso com a justiça social e ambiental.

O modelo destrutivo do agrohidro-negócio

Mendonça e Mesquita (2007, p. 2), ao analisarem os processos de apropriação dos recursos territoriais nos Cerrados, inferem que, além de as famílias camponesas serem expulsas pelo agronegócio e seus em-

4 Refere-se aos povos do território do Cerrado, trabalhadores/camponeses que, a partir do trabalho na terra, geram formas de vida e existência. (MENDONÇA, 2010, p. 192)

preendimentos, também sofrem com a influência do hidronegócio que fazem uso das águas, como no caso das hidrelétricas e irrigação dos monocultivos.

Os autores consideram a necessidade de associar as formas de apropriação da terra e da água, ou seja, agronegócio e hidronegócio, conformando o que denominam agrohidronegócio. “[...] sem que se tenha compreendido adequadamente o agronegócio, eis que surge o hidronegócio, avassalador, associando a falácia da produção de energia com água disponível para os irrigantes (empresários rurais) [...]” (MENDONÇA; MESQUITA, 2007, p. 17).

De acordo com Mendonça (2015), no que se refere ao agrohidronegócio, estabelece-se uma relação entre terras e águas que são apropriadas pelas corporações empresariais capitalistas, transformando-as em mercadorias.

A situação é complexa. De um lado as monoculturas irrigadas que usam indiscriminadamente a água na produção de *commodities*; de outro os barramentos para a produção energética, abastecimento público e/ou para a irrigação etc., o que permitiu elaborarmos o conceito de agrohidronegócio. Terra e água passam a ser, de forma conjunta, apropriadas para se transformarem em mercadorias, ao invés de serem consideradas bens públicos, conforme as necessidades humanas (MENDONÇA, 2015, p. 5).

O agrohidronegócio apodera-se da terra e das águas, ancorado na lógica da espoliação territorial para assegurar a acumulação do capital e, com isso, tem promovido a extinção de centenas de espécies faunísticas e florísticas, além da expulsão de milhares de cerradeiros, ameaçando cada vez mais a sociobiodiversidade nas áreas de Cerrados. As formas mercadológicas de uso e exploração dos recursos territoriais foram acentuadas nas últimas décadas.

A expulsão dos camponeses de suas terras ocorreu de maneira forçada, a partir do aumento da ausência de infraestruturas diversas, dos custos/insumos para produzir no campo, da competitividade produtiva e da substituição da mão de obra. Nessa posição desfavorável frente ao agrohidronegócio, a maioria se dirigiu para as periferias urbanas e/ou

para as fronteiras agrícolas. Assim, houve o inchaço das áreas urbanas e a consequente ampliação de *favelas*, aumentando a desigualdade social e econômica e, nas áreas de fronteiras, a intensificação das formas de violência do latifúndio contra os camponeses.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do Censo Demográfico de 2022 (Figura 01), demonstram que a população do campo se destacou até meados de 1960, quando foi ultrapassada pela população urbana, com exponencial crescimento nos anos seguintes, tornando desproporcional os índices rurais em relação ao crescimento total da população brasileira. Em 1960, a população rural correspondia ao maior contingente populacional. Porém, essa realidade logo foi transformada e o índice populacional urbano superou o rural. Em 2022, com a população total do Brasil superando 200 milhões de brasileiros com elevada taxa de urbanização, ou seja, a maioria da população brasileira vive nas cidades.

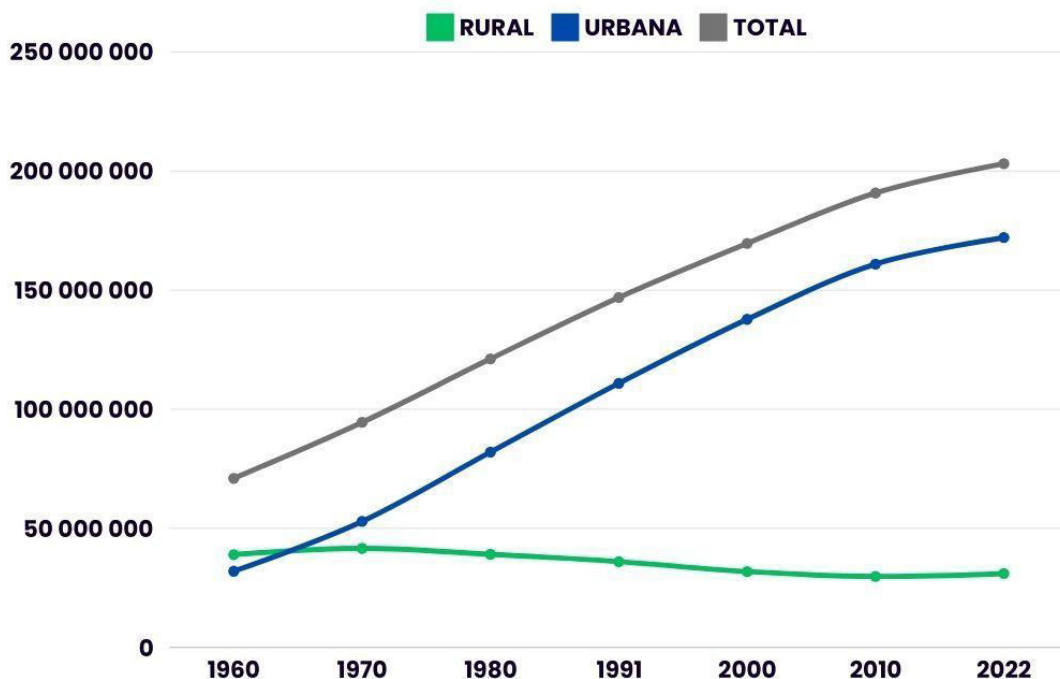


Figura 01: Evolução da população brasileira – rural, urbana e total
(1960 – 2022)

Fonte: IBGE (2011; 2023)
Org.: Autores (2024)

Os impactos não foram somente sociais pois a degradação ambiental ocorreu vigorosamente. Os recursos territoriais sofreram com a contaminação por agrotóxicos e produtos químicos, poluindo ar, solos, águas. Ainda, o esgotamento e compactação dos solos derivados do mau uso, queimadas e desmatamento para a criação de pastagens, monocultivos e produção de *commodities*. A Figura 02 mostra as áreas de pastagens nos Cerrados e sua degradação.

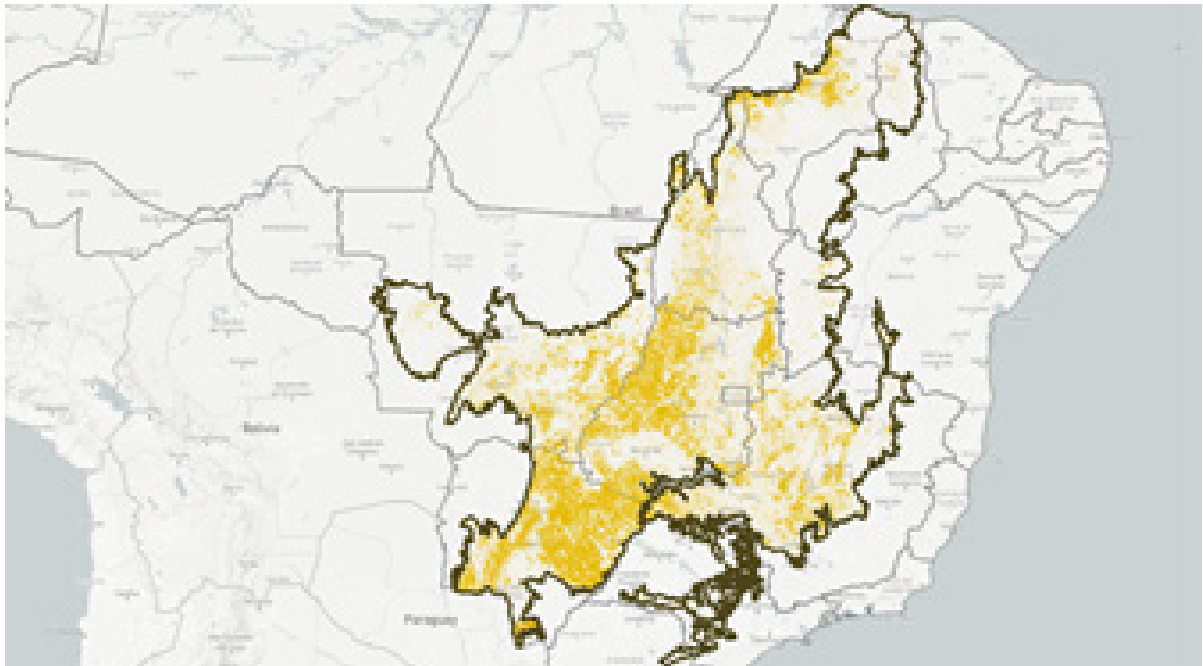


Figura 02: Área de pastagem no Cerrado em 2021

Fonte: LAPIG, 2021

Aumentou-se também os casos de doenças, relativos à contaminação dos recursos territoriais e a aplicação de agrotóxicos. O Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos do Ministério da Saúde (MS, 2018, p. 26) demonstra a problemática acerca da exposição de sujeitos a agrotóxicos e sua difusão. Analisando dados do período entre 2007 e 2014 no Brasil, por meio das taxas de comercialização de agrotóxicos por área plantada e a quantidade de notificações por intoxicações por agrotóxico (Figura 03).

Comercialização de agrotóxicos e afins por área plantada^a e incidência da notificação de intoxicações por agrotóxicos – Brasil (2007-2014)

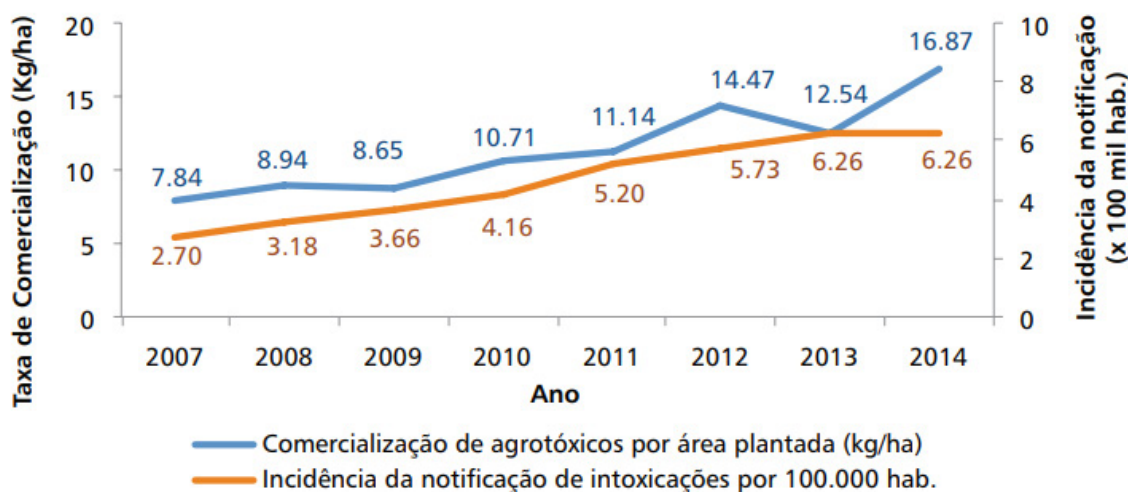


Figura 03: Comercialização de agrotóxicos e afins por área plantada e incidência da notificação de intoxicações por agrotóxicos no Brasil (2007-2014)

Fonte: SIDRA/IBGE e Agrofit/MAPA (apud MS, 2018)

Pereira (2012) sintetiza as transformações espaciais causadas a partir da adoção de instrumental técnico e das narrativas da Revolução Verde:

Foram modificações radicais e que transformaram a base da agricultura: o conhecimento milenar prático do próprio agricultor foi substituído pelo conhecimento científico; os ciclos ecológicos locais, pautados nos recursos endógenos, foram substituídos por insumos exógenos industriais; o trabalho que era realizado em convivência com a natureza foi fragmentado em partes – agricultura, pecuária, natureza, sociedade –, e cada esfera passou a ser considerada em separado, quebrando-se a unidade existente entre ser humano e natureza (PEREIRA, 2012, p. 688).

Segundo Carvalho e Oliveira (2021, p. 30), com a Revolução Verde, o campo passou por intensas transformações espaciais, situando-se em concordância com o discurso ideológico da modernidade. O discurso do agrohidronegócio surgiu, sobremaneira, a partir de 1990, com a ascen-

são da agricultura empresarial implementada pelas corporações capitalistas. Diversas vezes, o “agro” apresenta-se de maneira dissociada do “negócio”, esquecendo-se da incorporação do complexo agroindustrial e financeiro que rege o campo no âmbito do mercado.

O agronegócio revela os semas do projeto de agricultura eminentemente capitalista. Tal projeto possui vínculos políticos, revelados pela bancada ruralista que impõe uma agenda nacional em consonância com as demandas do mercado externo e o processo de acumulação do capital. Legitima-se tais ações, dando relevo à questão alimentar, geração de emprego e renda, além das supostas inovações tecnológicas que colocam o campo brasileiro na vanguarda mundial (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021, p. 37).

Assim, o agrohidronegócio revela e oculta na mesma medida os processos de desigualdade social e econômica ao estar em acordo com as classes hegemônicas no Brasil, destacadamente a fusão entre os interesses dos latifundiários, empresários rurais, burguesia industrial e capital financeiro. Dessa forma, intensifica-se a consolidação dos monocultivos em parte nos latifúndios modernos (empresas rurais), acelerando a devastação da Natureza.

O agrohidronegócio é constantemente relacionado ao moderno, ao novo. Para Mendonça (2010, p. 195): “O agrohidronegócio é o portador do progresso, que, ao ser ideologizado pelas elites, se efetiva enquanto materialidade capitalista”. Portanto, para o capital, o agrohidronegócio é um dos grandes responsáveis pelo crescimento econômico do país, símbolo de modernidade ao transformar o campo, substituindo o campesinato pelo empresariado rural e pela narrativa do empreendedorismo para os agricultores familiares. Assim, quando se observa a produção de *commodities*, que utiliza vastas extensões de terras e abundância de água para sua produção, num modelo de maximização de lucros, percebe-se a configuração espacial do agrohidronegócio.

Contudo, é evidente que os territórios não podem ser percebidos apenas pela ótica economicista de mercado. Quando se trata dos Cerrados, por diversas vezes, são compreendidos apenas como um bio-

ma, a partir da sua biodiversidade. Essa tese reforça os estereótipos de uma área com solos pobres em fertilidade e que se tornam ricos pelos incrementos tecnológicos de calagem e demais insumos para a implantação dos monocultivos.

Essas narrativas precisam ser desconstruídas, pois não se repara *nas gentes*, nas relações sociais, nos saberes e fazeres, nas tradições que expressam as culturas cerradeiras, tampouco se considera os movimentos de (Re)Existência e as históricas lutas pela permanência na terra, a exemplo de Trombas e Formoso em Goiás. Daí ao usar o conceito de bioma, é necessária a crítica e o avanço para o entendimento dos Cerrados como territórios em disputa.

Mendonça e Pelá (2011) dissertam sobre os motivos dos Cerrados possuírem análises que desvalorizam o bioma/território e seus sujeitos – os Povos Cerradeiros. Na maioria das vezes, a abordagem hegemônica sobre os Cerrados era “[...] que este aparecia como um bioma pobre e improdutivo que se caracterizava por uma ocupação onde se desenvolvia, basicamente, pecuária extensiva aliada à agricultura de subsistência” (MENDONÇA; PELÁ, 2011, p. 3).

Nesse sentido, o agrohidronegócio é visto como sinônimo de progresso e desenvolvimento, enquanto os povos tradicionais são percebidos como atrasados, arcaicos e antiquados, permitindo a apropriação dos recursos territoriais, das culturas e dos territórios. Para Mendonça e Pelá (2011, p. 4), os Cerrados devem ser vistos a partir de um olhar espacial abrangente, concebido como uma “visão integrada dos Cerrados”, que consiste em “enxergar além das fronteiras impostas pela fragmentação entre o físico e o humano e a natureza e a sociedade”.

A partir desta visão da totalidade espacial cerradeira, torna-se possível perceber os sujeitos para além do agrohidronegócio. Dentre esses dois imaginários, existem diferentes maneiras de conceber a Natureza. Para uns, é a condição da acumulação do capital e geração de lucros, não importando se essas ações extinguem vidas; para outros é expressão de vida, local de reprodução social, cultural, de construção dos saberes e fazeres, de produção de comidas, memórias e símbolos. São territórios de vida.

Para o enfrentamento político e ideológico e para assegurar as condições de reprodução social, os Povos Cerradeiros se organizam e se mobilizam em lutas sociais e políticas permeadas pelas práticas culturais, constituindo as (Re)Existências.

A permanência das práticas socioculturais cerradeiras movidas pela ação política transformadora (luta pela terra, pela reforma agrária, pela água etc.), permite apontar o conceito de (Re)Existência enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo. [...] ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento (MENDONÇA; PELÁ, 2011, p. 5).

Fica evidente que, na medida em que os Cerrados são destruídos pela territorialização do agrohidronegócio, contraditoriamente, os Cerrados são preservados pelos Povos Cerradeiros, ainda que em pequenos territórios. Uma parceria entre o MapBiomas e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), por meio da iniciativa de mapeamento no Cerrado (Tô no Mapa, 2023), revela, por meio de dados, que os Povos, Comunidades Tradicionais e agricultores familiares do Cerrado constituem uma área de 17% do território cerradeiro, sendo que 76% da área compõe vegetação nativa preservada.

Além desses dados, Marques (2020), por meio de Relatório produzido para caracterização da reforma agrária, segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), aponta que, dentre as atividades econômicas exploradas, as maiores em termos de valor constituem a criação de gado bovino para corte e para leite, cultivo de mandioca, produção de ovos, coleta de produtos não-madeireiros, cultivo de milho, feijão, horticultura, arroz, dentre tantos outros que fazem parte das comidas consumidas no país.

O Relatório revela informações relevantes para compreensão da importância da efetividade da reforma agrária e a sua contribuição para aspectos econômicos e sociais do Brasil.

A partir dos critérios adotados, foram identificados 557.695 estabelecimentos agropecuários da reforma agrária, com área total de 16.069.967 ha, dos quais 6.060.742 estavam cobertos com vegetação nativa. Esses estabelecimentos ocuparam 1.591.247 pessoas na data de referência e foram responsáveis por uma Renda Bruta total de aproximadamente R\$ 11 bilhões, além de outros rendimentos com programas governamentais, aposentadorias, pensões e atividades da agroindústria (MARQUES, 2020, p. 1).

Observando os dados trazidos, constata-se a importância dos Povos e Comunidades Tradicionais para a preservação e conservação dos territórios cerradeiros para o cultivo de comidas e, ainda, para a economia e cultura do país. Percebe-se a necessidade de promover condições para que os povos tradicionais se perpetuem por meio de suas práticas culturais.

Estas se configuram em movimentos de luta para que existam e que sejam considerados sujeitos, para que sejam avistados enquanto parte integrante do território mesmo com o predomínio de um modelo hegemônico que os desterritorializa. Dessa forma, as práticas agroecológicas e o movimento de distribuição das comidas produzidas pela CSA são caracterizadas como movimentos de (Re)Existência.

O movimento agroecológico da CSA Artigo Quinto

O movimento Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) consiste numa ação política para a produção de comida de forma coletiva entre agricultores camponeses e consumidores, revelando uma relação de aproximação entre o campo e a cidade.

Para isso, um conjunto de consumidores assumem os custos da produção de comida, enquanto os agricultores camponeses realizam o trabalho e entregam, semanalmente, cestas com o que foi cultivado aos consumidores. Assim, mensalmente os consumidores urbanos pagam uma taxa que custeia a produção, o trabalho e as possíveis adversidades no processo produtivo. Com isso, os agricultores camponeses produzem com este recurso financeiro e, em compensação, proporcionam cestas de comidas (semanais) para os consumidores pagantes.

Os benefícios são bilaterais. Os consumidores recebem comida proveniente de práticas agroecológicas, sem o uso de agrotóxicos, que são nutritivas e saudáveis. Além disso, essas práticas fortalecem as relações com os camponeses, desmistificando a origem da comida que consomem, já que os consumidores passam a ter contato direto com os camponeses. Não obstante, os consumidores têm acesso a comidas mais diversificadas, que respeitam a sazonalidade do ambiente, a cultura local e a regionalidade.

Para os agricultores camponeses, os benefícios se revelam principalmente por meio da garantia de renda mensal ao produzir suas comidas de forma cultural e agroecológica, sem a necessidade de inserção na lógica de mercado do capital, gerando estabilidade econômica. Além disso, são valorizados por seus modos de produção de comidas saudáveis e aproximam-se da comunidade e da área urbana, fortalecendo conexões entre todos os envolvidos.

Muitos consumidores relataram em conversas que modificaram seus hábitos alimentares, pois a CSA proporciona conhecer comidas que são do próprio território e que, na maioria das vezes, não estão disponíveis nas prateleiras dos supermercados. Além disso, é possível saber de onde vem a própria alimentação consumida, a forma como é produzida e as relações sociais envolvidas.

Já os camponeses alcançam a liberdade e a segurança de não necessitarem adentrar na lógica mercadológica. Podem dedicar-se ao cultivo, sem a preocupação se terão para quem comercializar. Tal fato é essencial, pois uma das maiores queixas observadas no campo, em específico nesta pesquisa no Assentamento Canudos é a dificuldade na destinação da produção. Alguns assentados já relataram durante conversas que perderam parte da produção por falta de compradores, já que muitos não possuem acordos comerciais.

Nesse sentido, a CSA auxilia no processo de comercialização e destinação da produção, pois possuem tratativas com os pagantes e, logo, produzem de acordo com as demandas e a sazonalidade climática. Dessa maneira, a lógica do mercado é transformada, sendo que a própria Comunidade é que sustenta a produção agrícola.

Os consumidores são intitulados coagricultores não por apenas se constituírem consumidores, mas também por auxiliarem no planejamento das atividades e participarem dos mutirões (preparo da terra, plantio, manejo, colheita), proporcionando suporte aos agricultores camponeses ao longo dos processos pelos quais perpassam a CSA. Além disso, fazem o pagamento mensal das cotas referentes aos custos necessários a produção camponesa, incluindo a estrutura indispensável e o trabalho exercido pelo agricultor camponês.

Assim, os coagricultores não apenas financiam a produção camponesa, mas criam uma relação integradora, numa conexão com os camponeses e com as demandas do campo, compartilhando riscos, benefícios, tarefas e incumbências. Jesus e Oliveira (2023) compreendem que a CSA se configura na cultura do apreço e não do preço:

As CSAs se caracterizam pela “cultura do apreço”, na qual se valoriza o alimento, o processo de produção, distribuição e consumo, eliminando a ideia de produtor-consumidor, de relações comerciais, e estabelecendo uma cogestão entre os indivíduos envolvidos. [...] Esse modelo só é viável através da confiança e parceria entre agricultores e co-agricultores (JESUS; OLIVEIRA, 2023, p. 170).

A CSA Artigo Quinto é organizada por agricultores camponeses assentados de reforma agrária no Assentamento Canudos, compreendido entre os municípios de Guapó, Campestre de Goiás e Palmeiras de Goiás, no estado de Goiás (Figura 04). Constituída na unidade agrícola Colmeia, teve início em 2020. A origem desta CSA relaciona-se com o período pandêmico de Covid-19 e o agravamento das crises alimentares, que intensificou o aumento da fome no Brasil.

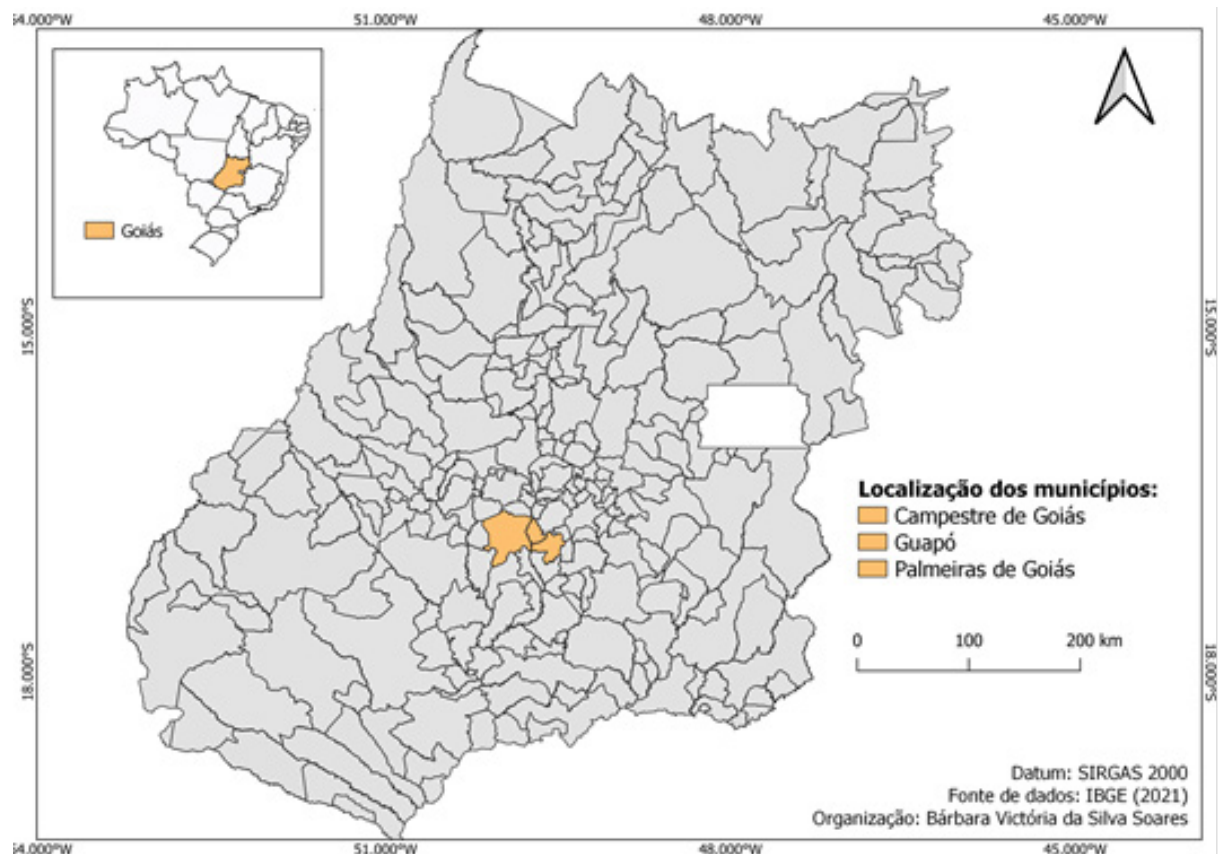


Figura 04: Localização dos Municípios que compõem o Assentamento Canudos/GO

Fonte: IBGE, 2021.
Org.: Autores (2023).

A CSA Artigo Quinto se constituiu no Assentamento Canudos, produto da luta pela terra e da Reforma Agrária, constituído a partir de 1997. O Assentamento possui mais de 12 mil hectares e conta com cerca de 700 famílias, que foram se desdobrando ao longo dos anos. O Assentamento Canudos está posicionado em um território de expansão do agronegócio, tendo como principal curso hidrográfico o rio dos Bois, com aproximadamente 21 mil metros de extensão (MARQUES; CHAVEIRO, 2019, p. 341), ou seja, são 21 quilômetros de um rio caudaloso que atravessa as glebas do Assentamento, o que gera muita cobiça e disputa por essas terras.

O Assentamento localiza-se em uma área apropriada para a territorialização do agrohidronegócio no Centro-Sul Goiano e está em meio a disputas territoriais, contando com diversas ofensivas das corporações capitalistas, seja por meio do arrendamento, seja da oferta para aquisi-

ção de terras dos assentados. A CSA Artigo Quinto designa uma forma de cooperação mútua entre campo e cidade, estabelecida pelos sujeitos assentados, agricultores camponeses e indivíduos urbanos. Por meio de uma série de preceitos que institui a CSA, produzem baseando-se na agroecologia e na soberania e segurança alimentar.

Sendo a CSA um movimento em nível mundial, construído e organizado pela sociedade, há uma série de fundamentos e princípios. Dentre eles, destacam-se: o apoio mútuo; a cultura do apreço; diversificação do cultivo; receptividade das comidas de época; relações amigáveis entre os membros, agricultores camponeses e coagricultores; gestão compartilhada; distribuição independente; manutenção do tamanho apropriado; fortalecimento da economia local; aprendizagem mútua; estabilidade ao longo do tempo (CSA Brasil, 2022).

Tendo isso posto, é sabido que a CSA Artigo Quinto coloca em prática os princípios fundadores das CSA's. É constituída por duas principais famílias de agricultores camponeses, porém recebe o apoio e auxílio dos coagricultores no trabalho com a produção e distribuição dos alimentos. A produção das comidas na CSA Artigo Quinto ocorre de forma diversa, como pode ser observado na Figura 05.



Figura 05: Produção de Comidas na CSA Artigo Quinto

Fonte: Fotografia dos autores (2023)

Até a conclusão desta pesquisa a CSA Artigo Quinto contava com 30 coagricultores – em certo momento, chegaram a contar com 50 coagricultores – residentes, em sua maioria, no município de Goiânia/GO, onde são entregues cestas com as comidas colhidas. As cestas, organizadas pelos agricultores camponeses, percorrem cerca de 80 quilômetros entre os municípios de Palmeiras de Goiás e Goiânia/GO. O local combinado para entrega das cestas, durante as manhãs de domingo, é uma igreja⁵ localizada em uma área mais central da cidade.

Cada coagricultor possui o compromisso de buscar sua cesta, porém, em alguns momentos, possuem o poder de organização entre eles para combinar a entrega. Cada cesta (Figura 06) é composta por cerca de, no mínimo, 8 itens, incluindo frutas, legumes, hortaliças e, até mesmo, Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC's).



Figura 06: Cesta de comidas da CSA Artigo Quinto

Fonte: Instagram (csa5artigo), 2022

⁵ Paróquia São Judas Tadeu.

Uma das bases seguidas pela CSA Artigo Quinto é a produção agroecológica, que proporciona alimentação saudável, respeito aos recursos territoriais, valorização dos conhecimentos tradicionais e fortalecimento político. Nesse sentido, possuem profundo apreço pela Natureza. Assim, não consideram a agroecologia somente como um conjunto de técnicas, mas também a partir de seus aspectos sociais, culturais e políticos.

A agroecologia deve ser incentivada e fortalecida para que possa viabilizar a transição do atual modelo hegemônico de agricultura, estabelecendo-se como uma das alternativas contra o modelo implementado pelas corporações capitalistas. A agroecologia se constitui como uma ciência ampla que busca articular conhecimentos tradicionais e culturais, aliados a uma série de técnicas de bases sustentáveis.

Para Altieri (2010, p. 23), a agroecologia serve para reconhecer a profundidade dos agroecossistemas: “A ciência da agroecologia, a qual se define como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporciona um marco para valorizar a complexidade dos agroecossistemas”.

Entretanto, a agroecologia torna-se possível a partir da associação com a agricultura camponesa. Relacionado a isso, Altieri (2010, p. 29) considera que o potencial de difusão da agroecologia depende de transformações “nas políticas agrárias, nas instituições e nos métodos de investigação e extensão”. Acrescenta, ainda, que a agroecologia deve estar anexada as visões de classe ao apontar a necessidade de perceber os mais pobres neste processo, gerando mais empregos e renda.

Caporal e Costabeber (2002, p. 2) avaliam que, objetivamente, a agroecologia pressupõe o melhoramento do agroecossistema de forma geral, debruçando-se sobre os conhecimentos acerca da relação entre pessoas, cultivos, solo, água e animais. Para tanto, é de suma importância que se compreenda a agroecologia diante de um enfoque científico. Os autores (2002, p. 4) dizem que a agroecologia não pode ser confundida com um simples estilo de agricultura, nem mesmo pode ser reduzida a um conjunto de práticas ambientalmente sustentáveis.

Dessa forma, a agroecologia é concebida por seu aspecto político e, para tanto, é necessário que cesse a dependência por insumos externos criada pelo capital, respeitando os ciclos da Natureza. E, não obstante, é fundamental que se tenha terra/território para que consigam produ-

zir comidas, que são essenciais para a existência digna dos indivíduos. Tudo isso torna-se possível com a viabilização de políticas públicas, auxiliando tanto os produtores quanto os sujeitos sociais consumidores

A agroecologia praticada pela CSA Artigo Quinto perpassa um modelo de contraposição ao modelo devastador de agricultura considerada moderna. A partir dos conhecimentos tradicionais dos camponeses responsáveis pela unidade agrícola, resgatam suas culturas e as inserem na produção das comidas. Utilizam o mínimo possível de insumos químicos, produzem de acordo com a época do ano, realizam estudos para o melhor manejo do solo, efetuam controles biológicos de insetos, dentre tantas outras ações agroecológicas. A partir de relações justas de produção, a CSA possui um posicionamento crítico, político e social em defesa da agroecologia.

A distribuição das cestas de comidas aos coagricultores é realizada a partir do chamado circuito-curto, que constitui uma forma facilitada de acesso aos produtos. Tendo em vista que, de acordo com o sistema agroalimentar atual, ocorre o prolongamento dos processos de comercialização e distribuição. O circuito-curto surge como uma alternativa logística. Diminui o tempo de circulação dos produtos, mantém suas qualidades e reduz as distâncias entre camponeses e consumidores.

Jesus e Oliveira (2023, p. 171) analisam esta questão e discorrem:

De acordo com a organização estruturada, os produtos que compõem a cota de cada co-agricultor são entregues em um local previamente determinado, os chamados “depósitos”. A distribuição é feita por meio de um circuito-curto, eliminando o papel dos atravessadores, típico dos modelos convencionais, o que barateia o custo de produção, coloca agricultores e co-agricultores em constante contato, fortalecendo a confiança, reduzindo a poluição gerada [...] (JESUS; OLIVEIRA, 2023, p. 171).

O circuito-curto de comercialização e distribuição deve ser estimulado e consolidado enquanto estratégia para os camponeses. Se amparado em políticas públicas, o acesso a *comida de verdade* com qualidade e nutritiva pode ocorrer de maneira facilitada, possibilitando o fortalecimento da relação campo-cidade, gerando renda aos camponeses pelo

fato de baratear os custos com a comercialização. Isso permite que a população urbana saiba a origem e quem está sendo produzindo o que consomem, rompendo com o falso discurso de que o agrohidronegócio é produtor de comida.

A Figura 07 mostra que o país exportou mais de 158 bilhões de dólares no ano de 2022. Os produtos mais exportados pelo agrohidronegócio brasileiro naquele ano compreendem, em sua maioria, *commodities*. Com isso, fica evidente que o agrohidronegócio não se estabelece como um grande produtor de comidas, já que prioriza a produção de mercadorias destinadas ao mercado externo.

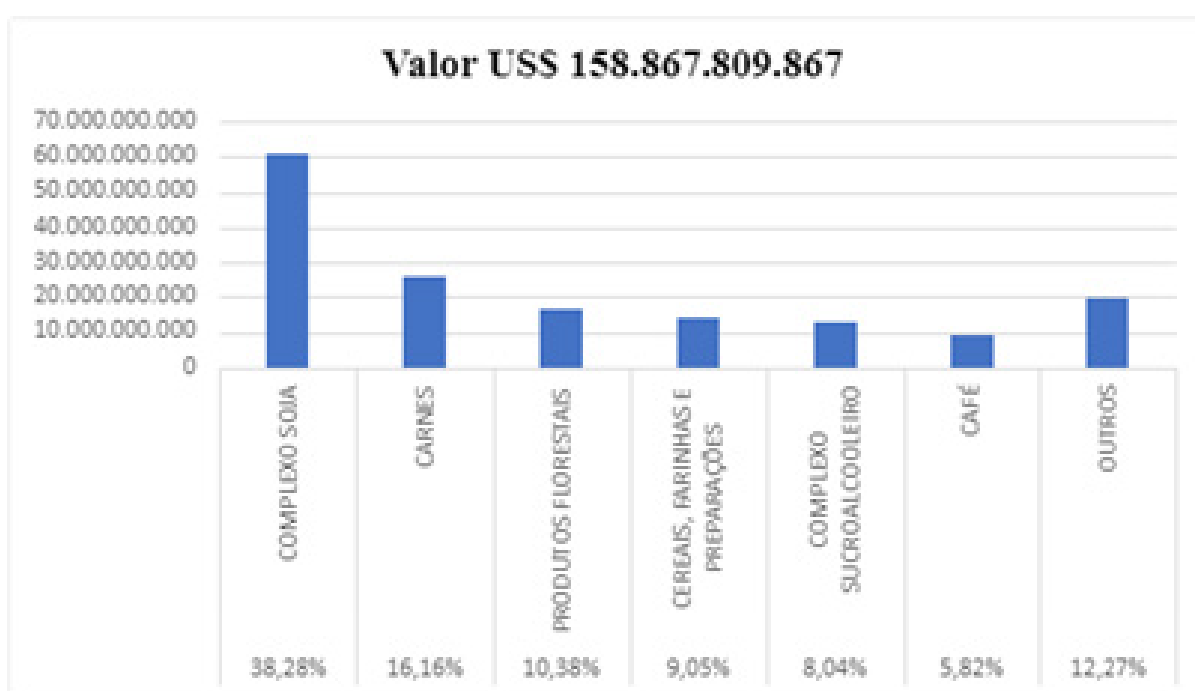


Figura 07: Exportações do agrohidronegócio brasileiro por setores (2022)

Fonte: MAPA/AGROSTAT
Org.: Autores (2023)

Em contraposição, de acordo com dados do IBGE (2019), 70% da comida consumida pela população brasileira advém da agricultura camponesa. Tais dados exemplificam que o discurso de que o agrohidronegócio produz comidas é falso – pois produzem, em suma, *commodities* e os verdadeiros responsáveis pela produção de comida são os camponeses. Porém, é necessário analisar ainda a disponibilidade de créditos estatais a esses diferentes segmentos sociais no campo brasileiro.

O Plano Safra 2023/2024 disponibilizou mais de 435 bilhões de reais a agricultura brasileira. Entretanto, deste contingente, cerca de 364,2 bilhões foi destinado ao agrohidronegócio, e somente 71,6 bilhões destinados a agricultura camponesa. A partir disso, observa-se a inconsistência entre os fatos, sendo a agricultura camponesa a maior produtora de comidas, porém a que recebe menor parcela dos créditos de incentivo à produção.

Assim, diferentemente do que está exposto acerca do agrohidronegócio, tratando-se da comercialização de comidas, a distribuição da produção advinda da CSA se torna também menos burocrática ao contar com o circuito-curto, com o repasse direto e com o apoio dos coagricultores, indo na contramão do modelo predominante de produção e comercialização de alimentos e produção de *commodities*.

Considerações finais

Por fim, tem-se, entre múltiplas experiências, a CSA como uma das alternativas que facilita a produção e a comercialização da comida produzida, assegurando qualidade dos produtos, gerando trabalho, renda e inclusão produtiva numa relação diferenciada entre os produtores de comida e os consumidores.

Assim sendo, a partir deste artigo, constata-se que há um movimento de (Re)Existência estabelecido a partir das ações construídas pela CSA Artigo Quinto. Observa-se que é imprescindível a existência de um modelo que se faz por meio do coletivo, a partir de práticas agroecológicas, que alimentam os sujeitos, em contraposição ao modelo agroexportador de *commodities*, difundido pela ideia de agricultura moderna, ou ainda modernização territorial, que ocorre de forma unilateral, afetando, sobretudo, os sujeitos do campo.

Para o fortalecimento de alternativas de produção e distribuição de comidas como a CSA, é necessário que exista o fortalecimento de políticas públicas para a agroecologia. Nesse caso, ressalta-se a importância da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que aponta incentivos ao desenvolvimento sustentável, por meio da produção de comidas saudáveis e, dessa forma, institucionaliza a agroecologia por meio das políticas do Estado.

Como instrumento, a PNAPO utiliza o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) para viabilizar, desenvolver e monitorar as políticas do PNAPO. Com isso, atualmente o PLANAPO se insere como importante *ferramenta* de mobilização da agroecologia nas políticas públicas, propondo articulações para os anos seguintes, partindo da abordagem territorial. Porém, é necessário a destinação de recursos financeiros e programas de capacitação técnica, dentre outras ações para que as propostas sejam implementadas.

As políticas construídas a partir do fomento do Estado fortalecem alternativas como a CSA que possibilita a formação de envolvimento entre agricultores camponeses e coagricultores, firmado por meio de trocas, reciprocidade, empatia, cooperação, respeito e convivências que garantem o desenvolvimento de ações solidárias para a produção e comercialização de comida. Além disso, o circuito-curto de distribuição estabelece uma importante função no exercício da soberania alimentar e difusão de conhecimentos pela justiça social e ambiental.

Todavia, as CSAs, assim como tantos outros movimentos que se traduzem em (Re)Existências, vivenciam situações complexas, destacadamente, a falta de uma política agrária e também de políticas agrícolas para fortalecer as práticas agroecológicas. A luta é constante, tanto pela terra, quanto pela água e outros recursos territoriais apropriados pelo agrohidronegócio. Além disso, os camponeses e populações tradicionais não têm suas demandas inseridas na agenda pública, padecendo pela falta de recursos, políticas e projetos necessários às suas Existências.

O Estado opera de forma a favorecer aqueles que agem contra os camponeses e as populações tradicionais, ou seja, as frações das classes hegemônicas que, no conjunto, se expressam no campo a partir do agrohidronegócio, possuindo largos incentivos públicos e benefícios advindos de políticas estatais. Por outro lado, resta aos camponeses e demais sujeitos do campo, das águas e das florestas a luta política em defesa dos territórios e fortalecer as (Re)Existências a fim de garantir terra, trabalho, renda e inclusão produtiva social, ou seja, garantir os territórios de vida.

Referências

- ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista NERA*, n. 16, p. 22-32, 2010.
- BÓRQUEZ, Luciano Concheiro; NUÑEZ, Violeta. *El "Buen Vivir" en México: ¿fundamento para una perspectiva revolucionaria?*. 2014.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 19 jul. 2024.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.
- CARVALHO, Jéssyca Tomaz de; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. O Agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. *Revista NERA*, n. 58, p. 28-55, 2021.
- CSA BRASIL. *Princípios*. 2022. Disponível em: <https://csabrasil.org/csa/principios/> Acesso em: 18 jul. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro v. 8, p.1-105, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados*. IBGE, Rio de Janeiro, 2023.
- HARVEY, David. O novo imperialismo. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.
- JESUS, Fernanda Santos de; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. Circuitos-Curtos de comercialização de produtos agroecológicos na Região Metropolitana de Goiânia (RMG). *Revista GeoNordeste*, v. 34, n. 1, p. 165-184, 2023.

LABORATÓRIO DE PROCESSAMENTO DE IMAGENS E
GEOPROCESSAMENTO (LAPIG). *Atlas das Pastagens*. UFG, 2021.

MARQUES, Ana Carolina de Oliveira; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Moradia e Cultura em Território do Cerrado – o Assentamento Canudos (Goiás). *Geoambiente On-line*, n. 35, p. 332-350, 2019.

MARQUES, Vicente Penteado Meirelles de Azevedo. *Os estabelecimentos da reforma agrária no Censo Agropecuário 2017*. Primeiros Resultados. 2020.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso à terra e à água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás. *PEGADA – A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 16, 2015.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Complexidade do Espaço Agrário Brasileiro: o Agrohidronegócio e as (Re)Existências dos Povos Cerradeiros. *Terra Livre*, v. 1, n. 34, 2010.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; MESQUITA, Helena Angélica de. O Agrohidronegócio no Cerrado Goiano: a Construção das (Re)Existências. *Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas*, v. 1, 2007.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; PELÁ, Márcia. O Cerrado goiano numa encruzilhada de tempos: os territórios em disputa e as novas territorialidades do conflito. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, n. 47E, 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Estatística de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro*. 2022. Disponível em: <https://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em: 26 set. 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA). *Plano Safra 2023-2024*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2023-2024/apresentacao-plano-safra-2023-24.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Glossário Saúde Brasil – Comida de Verdade*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/comida-de-verdade#:~:text=A%20comida%20de%20verdade%20%C3%A9,e%20as%20do%20meio%20ambiente>. Acesso em: 19 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. **Cerrados: perspectivas e olhares**, v. 1, p. 37-50, 2010.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. CALDARDT, R. S. et al. (Orgs.). *Dicionário de Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

THOMAZ JUNIOR, A. Por uma geografia do trabalho! *Revista Pegada*, Presidente Prudente: Ceget, v. 3, 2002.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TONOMAPA. *4º Mapeamento de Comunidades Tradicionais*. 2023. Disponível em: <https://tonomapa.org.br/wp-content/uploads/2023/03/To-no-mapa-relatorio-v4.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

URGENCY. *CSA History*. 2010. Disponível em: <https://urgenci.net/csa-history/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

Bárbara Victória da Silva Soares

Mestranda no Curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER). Membro do Grupo de Estudos e pesquisa em Território, Trabalho e Políticas Públicas (TRAPPU). Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Email: barbaravicbvss@gmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça

Professor Doutor nos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Colaborador no Curso de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER). Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU). Membro da Rede de Pesquisadores do CEGeT – Centro de Estudos da Geografia do Trabalho/UNESP/PP.
Email: marcelomendonca@ufg.br

Recebido para publicação em outubro de 2024.

Aprovado para publicação em dezembro de 2024.